

Identidade, simbologia e movimento social

João Pinto Furtado

Professor Assistente do Departamento de História da
Universidade Federal de Ouro Preto.

O processo de organização de um segmento específico das classes trabalhadoras em Minas Gerais – a categoria dos Trabalhadores do Ensino – esboçado ao longo dos últimos anos conduziu à criação do Sind-UTE(Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação do Estado de Minas Gerais). Filiado à CUT (Central Única dos Trabalhadores), à CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) e à Coordenação Sindical dos Funcionários Públicos do Estado de Minas Gerais, o Sind-UTE é hoje, seguramente, um dos maiores sindicatos do Estado de Minas Gerais e do Brasil, contando com aproximadamente 50.000 filiados, o que equivale a cerca de 25% da categoria.

O estudo aqui apresentado aborda o processo de construção de “identidade política”, no interior do movimento dos trabalhadores de ensino – correlativamente um dos aspectos centrais da construção da identidade sindical – e reportou-se, em boa medida, ao exame da história do movimento cotejada à

uma abordagem, mais propriamente, sociológica. Examinamos o processo de criação da identidade sindical, que se deu a partir do movimento grevista de 1979, procurando relacioná-lo à criação dos contornos de sua atual identidade e à evolução da “definição dos parceiros”, a partir dos quais o movimento dos professores procura estabelecer um leque de alianças possíveis com vistas à uma atuação conjuntamente articulada. Tínhamos em mente (e a estrutura do texto está orientada segundo este sentido), que era necessário decompor analiticamente o corpo de evidências de modo a perceber o problema da formação da identidade em três dimensões fundamentais. No primeiro nível de abordagem, buscamos perceber em que medida o sentimento de “pertinência” à uma coletividade, à criação de um sentido de “comum união”, foi se forjando no próprio processo de construção da luta dos trabalhadores em educação. Portanto, torna-se central a idéia de que a “igualdade” e a “unidade” conseguidas só podem ser entendidas se referenciadas ao processo. Em um segundo nível de abordagem, procuramos investigar o processo segundo o qual o movimento se afirma a partir da construção do “outro”. Neste caso, o fato de que o inimigo maior – o “Governo-Patrão” – já esteja, por assim dizer, qualificado na origem, não impediu que fosse desenvolvido todo um trabalho de reafirmação de valores, por parte das lideranças e do mapeamento das diferenças com as demais entidades e agentes envolvidos ao longo da existência das entidades. No terceiro nível de abordagem, tentamos perceber uma outra dimensão do processo de criação da identidade que se traduz na busca de aliados que estratégicamente possam ser mobilizados com vistas à obtenção de ganhos e avanços no processo de mobilização. Seja a partir da busca e/ou concessão de recursos materiais e de infra-estrutura, seja a partir da busca e/ou concessão de apoio apenas simbólico ou político, veremos que o movimento dos trabalhadores em educação soube se locomover com desenvoltura em meio aos trabalhadores em geral e formular um amplo leque de alianças.

O que se passa a discutir a partir de agora é uma das mais fortes estratégias de mobilização, das campanhas de 1979 e 1980, à qual é exaustivamente evocada pela documentação de época, e paradoxalmente, é silenciada pela memória reconstruída do movimento. Trata-se de um processo de construção de legitimação da luta dos professores perante à comunidade – e perante aos elementos da própria categoria, mais resistentes à idéia de greve – através do recurso ao apoio de autoridades eclesiásticas, ao imaginário cristão e às concepções cristãs de justiça e fraternidade.

Numa categoria, composta na sua maioria, de mulheres, submetidas aos ditames de uma sociedade ainda fortemente marcada pelo machismo e a uma série de adversidades no uso de sua liberdade de escolha, e, ainda, numa sociedade onde imperava o mais obscurantista anti-comunismo, esta estratégia reveste-se de especial significado e de grande alcance na resolução de problemas ligados à penetração da greve no interior. Em meio à documentação escrita referente às greves de 1979 e 1980 são encontrados diversos textos interessantes no exame desta questão.

Em relação à campanha de 1979, começamos pela citação de um documento de divulgação da greve, que reproduz uma carta do Bispo de Volta Redonda, D. Waldir Calheiros, datada de 20/03/79, aos professores do Estado do Rio de Janeiro, onde tece consideração em apoio à greve e discute o problema da “legalidade”. A carta, como era de se esperar, é carregada de símbolos cristãos e apresenta, ao final, uma nota de esclarecimento (ao que parece ao comando de greve):

Esta carta foi escrita pelo Bispo de Volta Redonda, D. Waldir Calheiros, aos professores do Rio de Janeiro quando estes se encontravam em greve.

Caminha, na mesma linha, o documento elaborado pelo Pe. Vicente Zacaron, “Vigário cooperador da Catedral”, em 24/05/79, onde o mesmo se solidariza com o movimento dos pro-

1 Ver “carta do Bispo de Volta Redonda aos professores do Estado do Rio de Janeiro”. Arquivo Sind-UTE – Pasta “U.T.E. MG-greve 79” O original é de 20/03/79.

fessores e que é reproduzido pelo Comando Regional da Greve dos Professores², D. Mário Gurgel, Bispo de Itabira, abençoa os participantes do II Congresso de Trabalhadores do Ensino da UTE – MG.³

Em outro grupo de documentos, situam-se aqueles que, embora não sejam oriundos de autoridades eclesiásticas, espelham claramente a simbologia cristã e sua concepção de justiça. No Poema – Manifesto “solidariedade”, de 30/05/79, o autor evoca a todo tempo a idéia de justiça como origem e fim da mobilização.⁴ No boletim “ao Povo de Itaúna” os autores conclamam a população ao apoio e continuidade da greve até que se “faça justiça”. Evocam ainda acontecimentos ligados à repressão da greve para reforçar seu argumento:

Em nossa capital já se iniciaram as violências contra professores, inclusive contra senhoras grávidas e velhinhas aposentadas. Deixemos que isto continue a acontecer na terra da liberdade?⁵

No boletim regional de Araxá “A greve. Até quando?”, a temática é retomada. A autora, Vilma Cunha Duarte, produz uma exortação carregada de apelos às concepções de família e justiça cristã. Destaca o trabalho das professoras na “iluminação” das “trevas da ignorância”, faz alusões ao “Mestre dos mestres” (Cristo) e lamenta que o trabalho das professoras seja recompensado com “jatos de água que ferem seus corpos cansados”.⁶

Em carta endereçada ao Comando Geral de Greve, em 08/06/79, uma “futura professora”, cursando o terceiro ano normal, dá uma série de conselhos ao Comando para “fortalecer a greve”. O tom certamente teria ensejado ao comando um certo

2 Ver “Prezados e caríssimos profs.” Arquivo Sind-UTE – Pasta “U.T.E. MG greve 79” 24/05/79.

3 Ver “mensagem de D. Mário Gurgel”. Arquivo Sind-UTE- Pasta “I congresso da U.T.E. – II congresso da U.T.E.” s/data.

4 Ver “solidariedade” Arquivo Sind-UTE – Pasta “U.T.E. MG Greve 79” 30/05/79.

5 Ver “ao povo de Itaúna”. Arquivo Sind-UTE MG – Pasta “U.T.E. Greve 79”. s/data

6 Ver “A greve. Até quando?” Arquivo Sind-UTE – Pasta “U.T.E. MG Greve 79” 06/06/79.

mal-estar, mas suas colocações expressam uma mentalidade efetivamente existente e podem ter um alcance junto à categoria maior do que se supunha princípio. As sugestões se dividem-se em dez pontos:

- 1) Trabalho junto aos fura-greves para mostrar a “injustiça” que cometem;
- 2) Sugere despolitização da campanha e condena frases como “*Abaixo o Governador*”;
- 3) Sugere procurar os filhos do Francelino, e pedir que, como estudantes, “intercedam junto ao pai”;
- 4) Apela para que a luta continue com “*organização e responsabilidade*”;
- 5) Não fazer enterro do governador;
- 6) Professores não devem ser demitidos, e se “*a professora da praça da liberdade morreu, isto não deve ser abafado*”;
- 7) “A passeata foi ótima, devem haver outras”;
- 8) “Não esquecer os agradecimentos”;
- 9) Intensificar a mobilização; e em
- 10) lugar transcrevo literalmente: “*Caso se cansem não voltem(...). Informem que se cansaram e fiquem em casa. Todos os professores quietos em casa assustarão muito mais o governo*”.” (grifos nossos).⁷

Concepções análogas parecem ser as que orientam carta endereçada ao Exmo. Gov. de Estado por “*uma mãe, professora e eleitora*”, em 30/04/80, onde procura instá-lo a, “baseado em seu sentimento de justiça”, “achar uma solução *mais humana*” para o problema dos professores:

Eu ainda era pequena e morava numa cidade no interior de MG(...) O Sr. esteve lá, era o paraninfo de uma turma de ginásio(...) O Sr. dizia de como vencer pelo esforço constante, contou de sua vida passada, de

⁷ Ver “ao comando geral de greve”. Arquivo Sind-UTE – Pasta “U.T.E. MG – greve 1979”. 08/06/79

quem era filho e conseguiu ser alguém. “O Sr. me tocou muito(...) O tempo passou(...) Hoje estou muito triste. Vejo a sua dificuldade em resolver certos problemas como o do professorado(...)”(grifo nosso).⁸

A despeito do “aparente” primarismo, ingenuidade mesmo, de algumas das colocações, os documentos em questão, podem se constituir em interessante fonte na medida em que se espelham num conflito existente no seio do movimento, quanto à condução da greve. O tom evocado nos textos e o da colaboração e apelo às concepções cristãs de fraternidade e justiça. Certamente não faltariam, nas assembléias, outras propostas que caminhassesem neste sentido, sobretudo em função do que foi levantado quanto à heterogeneidade do movimento, que envolvia desde elementos ligados à organizações de esquerda, então na clandestinidade, até os professores sem nenhuma experiência anterior de mobilização. “É interessante notar, neste caso, especificamente o fato de grande desenvoltura em meio a ela”.

De alguma maneira, o que se percebe, a partir da história do movimento, é que o comando se viu obrigado a aprender a lidar com esta situação no cotidiano das mobilizações. Em carta aberta, do comando geral de greve, de 03/05/80, dirigida aos diretores das Escolas Estaduais, que estavam sendo pressionados a reprimir o movimento, lemos:

(...)Vão vender sua dignidade em troca de um cargo? “Lembrem-se do exemplo de Cristo quando, no deserto, Satanás lhe ofereceu o reino deste mundo”.⁹

Também sugere a existência de uma tensão entre o Comando de Greve e uma base heterogênea, o manuscrito “sugestões”, encontrado junto à documentação da greve. Aparentemente um conjunto de notas colhidas durante reunião do Comando, o manuscrito induz à observações interessantes. Note-se a recorrência de terminologia, referências a rituais e a utiliza-

8 Ver “Exmo Gov. de MG Arquivo Sind-UTE – Pasta “greve 80/boletins CGG/Notas de apoio/notas à imprensa”. 30/04/80.

9 Ver “Aos Diretores das Escolas Estaduais”. Arquivo Sind-UTE – Pasta “greve 80/boletins CGG/notas de apoio/notas à imprensa”. 30/05/80.

ção do catolicismo como fonte de inspiração e legitimidade. Entre as “sugestões” elencadas, destacam-se:

- 1) Acabar com a vigília a partir de amanhã;
- 2) Concentração nas três galerias da assembléia – “religiosamente caladas”;
- 3) Ir aos bancos e financeiras “solicitar” ajuda(...);
- 5) “As professoras poderão lotar as igrejas mais importantes de cada bairro em perpétua oração de hora em hora(...);
- 7) “Propõe oração a ser lida no início e final da concentração”; (... faltam 8, 9 e 10 (...)
- (...) “16-Seria bom se houvesse manifestação de pai(1) e autoridade eclesiástica(1)” (grifos nossos).¹⁰

Em outro grupo de documentos, a presença da Igreja se faz sentir de maneira menos simbólica e mais “concreta”. As igrejas e os salões paroquiais se convertem, estratégicamente, no espaço físico, “lugar” da greve. No boletim de greve “A Nossa luta continua”¹¹ – curiosamente o boletim tem por título um conhecido jargão utilizado, com recorrência, pela esquerda organizada – o “comando” fecha com uma condenação a uma “oração comutária” a ser realizada na igreja de São José, no dia 09/06/79. Também ao final do comunicado oficial nº 23, do Comando Regional de Greve de Juiz de Fora e Zona da Mata, que dá um balanço da greve, há uma referência a uma assembléia a ser realizada no “salão paroquial da Igreja da Glória”.¹²

O boletim “senhores pais”, da Regional Eixo-Amazonas (Comando Geral de Greve), “*convida os senhores pais de alunos e maridos de professoras para uma reunião na Igreja de São Jorge no Jardim América*” (grifo nosso).¹³ Aqui o convite exten-

10 Ver “sugestões”. Arquivo Sind-“U.T.E. MG – Greve 79”. s/data .

11 Ver “A nossa luta continua porque”. Arquivo Sind-UTE -Pasta “U.T.E. MG-Greve 79” s/data.

12 Ver “Comunicado Oficial No23” Arquivo Sind-UTE – Pasta “U.T.E. MG – Greve 79”s/data.

13 Ver “Senhores pais”. arquivo Sind-UTE- Pasta “U.T.E. MG-Greve 79”. s/data.

sivo de maridos de professoras reveste-se também de especial significado em relação ao tipo de tensão que vimos procurando apontar. Finalmente, também em relação ao “lugar” da greve, cabe destacar que, em lista de endereços das regionais de greve,¹⁴ das nove regionais listadas, cinco funcionam em igrejas ou dependências a elas ligadas.

Quanto à tensão entre uma postura mais engajada politicamente à esquerda e outra mais referenciada à concepção cristã de justiça, é digno de nota que, às vezes, ela pode ser percebida no interior de um documento. Assim, agora com referência à greve de 80, no “boletim informativo nº 9”, do Comando Geral de Greve, encontramos um balanço da greve onde a linguagem é mais política e articulada, o que não impede que se faça menção ao sucesso da “*vigília*” realizada na Igreja de São José, a qual “*serviu para mostrar ao governo nossa disposição em continuar a greve*”.¹⁵

Às vezes, a intervenção de autoridades eclesiásticas revelou-se fruto de demandas criadas (ou “apropriadas”) a partir dos próprios setores mais politizados. Em carta datada de 03/02/80, Luís Soares Dulci, então presidente da UTE, solicita por intermédio de uma diretora da regional de Uberaba, a D. Benedito, autoridade eclesiástica daquela cidade, que elabore uma mensagem a ser divulgada no jornal da campanha reivindicatória de 1980.¹⁶

Por ocasião da visita do Papa João Paulo II ao Brasil, percebemos novamente este tipo de recurso. Em carta ao Papa, novamente, o presidente da entidade procura evocar o sentimento cristão de justiça no sentido de conseguir apoio de sua Santidade contra as atividades repressivas do governo em relação ao movimento:

14 Ver “regionais”. Arquivo Sind-UTE – Pasta “U.T.E. MG Greve 79”. s/data

15 Ver “Boletim informativo n.9”. Arquivo Sind-UTE Pasta “Greve 80/boletins/CGG/notas de apoio/notas à imprensa.” s/data.

16 Ver “Estimado D. Benedito”. Arquivo Sind-UTE – Pasta “I congresso de U.T.E. – II congresso de U.T.E”. 03/02/80

Os dois mil anos de presença do “munus” de vossa Santidade junto ao sofrimento humano hão de tê-lo feito sensível e próprio a sentir o que se passa em nosso país. “Seu coração há de ter percebido, por trás das cores e ornamentos, a dor do nosso povo”. Nós professores do ensino oficial de Minas Gerais, queremos deixar claro a V. Santidade que estamos entre os atingidos pela espoliação, com a qual se construiu esta superfície de prosperidade que nossos governantes tentarão fazer brilhar aos olhos de V. Santidade. “Com a missão sagrada de” preparar as gerações futuras, nossos salários não bastam para sustentar uma família (...). Em virtude dessa e de “outras injustiças”, paralisamos, meses atrás, nossas atividades, esperando assim que as autoridades se sensibilizassem (...). Apelamos a V. Santidade para que ciente da “justeza de nossa causa”, interceda junto ao governo de nosso Estado para obtermos as anulações das punições.¹⁷ (grifos nossos).

Note-se, no caso, que a utilização do recurso não parece implicar, para o signatário, numa “profissão de fé”. Este viés não estará presente, por exemplo, quando se compara o texto anterior com outros textos de mesmo autor, destinados a ‘consumo interno’. O que estamos sugerindo é que” a tipologia dos termos empregados e o sentido geral do texto parecem antes expressar um certo pragmatismo político do que uma declaração de fé.

A carta anterior parece também estar vinculada à problemática mais localizada que se enuncia abaixo. Em abril de 1980, durante a campanha salarial, quatro professores são presos sob a acusação de que promoviam uma atividade ilegal (a greve ainda não era um direito reconhecido pelas autoridades). O fato ensejou uma série de manifestações que corroboraram a intensa participação da Igreja na solidariedade, organização e mobilização dos trabalhadores do ensino. Assim, em 14/04/80 o “Grupo de Padres Pelos Direitos Humanos” exorta, em carta aos párocos de Belo Horizonte, a que eles desenvolvam um trabalho de conscientização e informação junto a seus paroquianos sobre o problema da greve e dos professores presos.¹⁸

17 Ver: “A sua santidade o Papa João Paulo II”. Arquivo Sind-UTE – Pasta “1980 – Greve Magistério”. S/data. Ass. por Luiz Soares Dulci.

18 Ver: “Meu Prezado Padre”. Arquivo Sind-UTE – Pasta “Greve 80/ Boletins CGG/ Notas de Apoio? Notas à imprensa”. 14.04.80.

O Comando Geral de Greve (em boletim de campanha) procura explorar o apoio da Igreja para cooptar trabalhadores amedrontados pela repressão oficial. O Comando transcreve nota de apoio da “Coordenação Arquidiocesana da Pastoral de Belo Horizonte”, após iniciar o boletim afirmando que “a Igreja está ao lado dos Professores”.¹⁹

Em boletim de campanha da regional de Teófilo Otoni, de 26.04.80, temos, na frente, uma exposição de ‘motivos’ da greve e um balanço da mobilização, e no verso a reprodução de uma carta do Bispo D. Quirino testemunhando o “sofrimento” do professorado e conclamando os fiéis a apoiarem o movimento.²⁰ Também nesse sentido caminha nota da “Comissão Episcopal da Pastoral da Região Leste II”, de 29.04.80. Assinada por D. Benedito de Ulhoa Vieira, além de apoiar o movimento, repudia a violência do governo.²¹

Há, também, uma série de evidências quanto à existência de apelos à religiosidade de elementos da categoria no “sentido de instituir um sentimento de unidade (comum união) via rituais, cânticos e palavras de ordem que mesclam ‘jargões’ da esquerda com hinos religiosos”. É o caso de dois roteiros de missa e um “ato solene” encontrados na Pasta da Greve de 80, todos tendo em comum o fato de mesclarem orações e cânticos a um diagnóstico e propostas para a situação histórica vivida.²² Os Roteiros de missa, um da arquidiocese de Belo Horizonte e outro de Curvelo, ambos alusivos ao “primeiro de maio” e à luta dos trabalhadores, diferenciam-se apenas quanto à abrangência. Enquanto o primeiro referencia-se ao quadro nacional – citando

19 Ver: “Boletim”. Arquivo Sind-UTE – Pasta “Greve 80/ Boletins CGG/ Notas de Apoio/ Notas à imprensa”. 24.04.80.

20 Ver: “Que Liberdade é Esta? / “Não dá mais para Entender”. Arquivo Sind-UTE – Pasta “Greve 80/ Boletins CGG/ Notas de Apoio/ Notas à imprensa”. 29.04.80

21 Ver: “Notas da Comissão Episcopal da Pastoral da Região Leste II”. Arquivo Sind-UTE – Pasta “Greve 80/ Boletins CGG? Notas de Apoio/ Notas à imprensa”. 29.04.80.

22 Ver “Missas dos Professores – 1º de maio – Curvelo”, “Caminhando – Pastoral Operário – 01.05.80 e “Ato Solene – 04.05.80”. Arquivo Sind-UTE – Pasta Greve 80/ Boletins CGG/ Notas de Apoio/ Notas à Imprensa”.

como “homília” a história e a morte do operário Santo Dias – e tem um apelo bem mais emocional, o segundo referencia-se ao contexto mineiro, fazendo alusões aos professores presos. No sentido de discutir essa tentativa de criação de um sentimento de unidade, via rituais religiosos, vamos nos deter um pouco mais na descrição sucinta, do documento “caminhando”, para expor alguns de seus aspectos.

Toda a missa é voltada, desde o canto de entrada até a benção final, para a reflexão da temática dos movimentos populares. Assim temos, para exemplificar, após o canto de entrada e a palavra do celebrante, o rito penitencial:

(...) Operário: Por nossa falta de participação nos sindicatos, nos bairros e nossa falta de organização nas fábricas para conquista de nossos direitos:

Cantor: SENHOR TENDE PIEDADE DE NÓS.

Migrante: O Homem do campo está sendo muito explorado e é obrigado a deixar sua terra rumo à cidade. Porque ainda não sabemos acolher o imigrante.

*Cantor: SENHOR TENDE PIEDADE DE NÓS! (...).*²³

E mais além, nas preces comunitárias:

(...) Operário: Por nós da classe trabalhadora, a fim de que tomemos cada dia mais consciência do nosso papel na transformação da sociedade, rezemos ao Senhor!

Todos: SENHOR ESCUTAI A NOSSA PRECE!

Uma Jovem: Pelos operários que estão comprometidos na luta por melhores condições de vida para os trabalhadores, rezemos ao Senhor!

Todos: SENHOR ESCUTAI A NOSSA PRECE!

Uma mãe: Pelas esposas e filhos dos trabalhadores a fim de que os compreendam nesta luta e os apoiem em seus sacrifícios com generosidade, rezemos ao Senhor!

*Todos: SENHOR ESCUTAI A NOSSA PRECE! (...).*²⁴

23 Ver “Caminhando”, opus cit.

24 Ver “Caminhando”, opus cit.

E, ainda, na ação de graças:

"(...) Homem: Por vossa presença nos milhares de trabalhadores aqui presentes:

Todos: OBRIGADO SENHOR

Operária: por vossa presença no pão e no vinho consagrados "nesta festa de unidade":

*Todos: OBRIGADO SENHOR (...) (grifo nosso).*²⁵

A cerimônia se encerra com o canto final: "pra não dizer que não falei das flores". Imagine-se o impacto de uma cerimônia desta natureza sobre a oração do grupo. Supõe-se que também em mais aos trabalhadores da educação, seja grande o alcance deste tipo de apelo.

Também em meio ao material de divulgação da campanha em 1980, encontra-se um documento intitulado "cantos para nossas manifestações religiosas". Ali, convivem, lado a lado, no mesmo panfleto, os cânticos: "Segura na mão de Deus", "Pra não dizer que não falei das flores", e a "Oração de São Francisco".²⁶ Em outro documento, de 04/05/80, temos o cântico "Igreja nova" (deve ser cantado com a "Música de Asa Branca"), pleno de referências à luta popular:

Quando a gente se reúne / pra fazer a oração / a gente fala e escuta o pai / a gente fala e escuta o irmão.

A igreja de outrora / ensinava a rezar / a ouvir a missa, fazer promessa / levar o filho para batizar.

A igreja de agora / não é só do padre não / pois sabemos que cada um / deve assumir sua missão.

Hoje todos nós sabemos / que o caminho do cristão / é lutar cada vez mais / para que haja libertação.²⁷

Estas são apenas algumas das evidências, coletadas em meio a uma massa de material referente à esta temática da cam-

25 Ver "Caminhando". opus cit.

26 Ver "Cantos para nossas Manifestações religiosas". Arquivo Sind-UTE – Pasta "greve 80/Boletins CGG/Notas de apoio/ Notas à imprensa"29/04/80.

27 Ver "Igreja nova". Arquivo Sind-UTE – Pasta "Greve 80/ Boletins CGG/Notas de apoio/Notas à imprensa" 04/05/80.

panha, e sobre as quais não vamos nos alongar ainda mais. A análise deste material, cotejado a uma leitura do “tratamento” que foi lhe dado posteriormente, pela memória, sugere que, não obstante a pujança documental que comprova o recurso à “Simbologia Cristã” nos primórdios da organização e arregimentação dos trabalhadores do ensino, este fato foi sendo progressivamente “silenciado” pela “memória impressa” do movimento, até desaparecer completamente, em dois dos principais documentos que registram a memória do movimento, quais sejam cartilha “UTE – Um pouco de Nossa História” e o “CADERNO DE TESES” do Congresso de Unificação realizado em 1990.

As evidências nos permitem que isto se teria dado na medida em que a UTE procurou – após os momentos iniciais, onde houve maior participação e adesão da categoria e foi conquistada legitimidade e simpatia junto à opinião pública – “‘administrar’ o nível de organização e legitimidade conseguidos na luta, através da criação de outras estratégias, agora com maior peso institucional, de mobilização e criação de legitimidade para a luta nas campanhas subseqüentes”.

A questão crucial enfrentada ao longo da década de 80 tornou-se, portanto, a “reelaboração da matriz discursiva original, no sentido de uma maior ‘politização’, com um recorte mais preciso em torno de algumas questões mais específicas quanto à educação. Neste processo, o recurso ao ‘imaginário cristão’ foi perdendo espaço na proporção direta do crescimento da institucionalização, que impunha a criação de outras formas de expressão e legitimidade”. Analisando este processo, o relato de Luis Soares Dulci, ex-presidente da entidade, agente e observador, é também bastante elucidativo:

Foi uma das características fantásticas daquele movimento. Eles eram muito criativos em termo da forma, músicas, blusa, faixa, cartazes, alegorias. Coisa que, pelo menos eu, nunca vira antes, certamente não, e nunca vira igual depois. Assim paródias de músicas, hinos, vigílias, procissões... aos poucos, aos poucos o movimento foi melhorando em outros aspectos em termos de organização. Se tornando digamos, mais sindical, de classe, adotando vocabulários, discursos... o próprio “jar-

gão”, tudo é pelo lado sindical. No início, ele tinha muitas particularidades de magistério. Assim, quadro de prévias, que é aquele quadro que era levado, coisas de sala de aula por exemplo, cartazes. Os cartazes eram como os que se fazem nas escolas. A estética do movimento era uma estética da professora primária, muito diferente do movimento sindical e clássico brasileiro, internacional, com hinos religiosos, com par; rodas de músicas, apelando muito para o que era o governador quandoaluno: era ironia, na base que não queria aprender, quer dizer: não era a retórica clássica, da exploração, da opressão. Em uma outra linguagem, que depois se enriqueceu, sob certos aspectos.²⁸ Mas, também essa construção espontânea, as viúvas da educação...

O fato da perda relativa do espaço referente à manipulação e uso do imaginário cristão ou em outras palavras, a reelaboração da matriz discursiva, não impedi, no entanto, a persistência de alguns aspectos e estratégias ligadas a esta prática original. Assim na campanha de 1993, ouvimos alguns ecos de um passado distante. Na primeira reunião do comando a que estivemos presentes, chamou-nos a atenção o fato de que, ainda que de forma residual, desprovida da importância que era anteriormente atribuída, pudemos perceber o recurso à imagens e atos de inspiração religiosa cristã, na condução de manifestações públicas.

Discutiu-se longamente, no Comando, algumas propostas que envolviam desde uma passeata “tipo procissão” com todos portando velas, até colocar um caixão na Assembléia Legislativa para fazer um enterro simbólico do Governador e dos Deputados Estaduais que votassem a favor da proposta de política salarial do governo, passando por uma “passeata alegre” não muito bem explicitada, mas também de clara inspiração cristã.²⁹ O fato concreto é que durante todo o processo de condução da greve, percebemos, em maior ou menor grau, a eclosão de várias manifestações onde se procurava explorar a simbologia, imagens ou rituais cristãos, às vezes com um certo sincretismo.

28 Luiz Soares Dulci. Entrevista concedida em 19.05.93.

29 Ver: Reunião do Comando dos Professores – Comando Geral de Greve/Ficha de a de Acompanhamento – 22.03.93.

Na reunião de 29 de março, foi aprovada uma proposta do Comando, que foi referendada pela Assembléia Geral, de realização de uma "vigília" pela não aprovação do projeto do governo na Assembléia Legislativa. Também na virada do dia 20 para o dia 21 de abril realizou-se, no saguão do Palácio dos Despachos, uma "vigília" dos professores, "onde todos deveriam ir trajando vestes pretas e com velas vermelhas nas mãos". Não tivemos oportunidade de acompanhar pessoalmente tal atividade, mas tivemos informações de que, durante o ato, temas como os que vimos destacando, "concepção de justiça", "solidariedade", o "Tiradentes" e até a morte do "quase presidente" Trancredo Neves foram evocados. Mais tarde, em maio, organizou-se nova "vigília", agora com todos vestidos de branco, a ser realizada enquanto aconteceria uma rodada de negociações. Se, no caso anterior, o negro é luto, nesse caso, o branco simboliza a esperança de sucesso nas negociações.

No mesmo sentido de explorar sentimentos cristãos, vem da sub-sede de Governador Valadares uma proposta de atividade de greve que, embora não tenha vingado, diz muito, pelo simples fato de ter sido formulada pelo Comando Local e veiculada para o Comando Geral. Citamos textualmente como foi relatado na reunião do Comando:

Antes que o Estado sague todo o nosso sangue, vamos organizar uma campanha de doação de sangue de todos os funcionários públicos, do Estado de Minas Gerais no Hemominas.³⁰

A idéia era mostrar que, mesmo numa situação de penúria, os professores não abandonam sua concepção de solidariedade, para com o próximo. Também nessa linha de intervenção, vimos serem encaminhadas algumas propostas que vingaram. É o caso da campanha de solidariedade organizada com vistas a auxiliar aqueles que teriam mais dificuldades em se sustentar

30 Ver: Reunião do Comando dos Professores-Comando Geral de Greve/Ficha de Acompanhamento – 22.03.93.

numa situação de eventual corte de ponto, fato que acabou ocorrendo.³¹

Normalmente organizadas em torno de atividades como quermesses, “feira da miséria” e coisas do tipo, com participação predominante dos próprios professores, as campanhas de solidariedade acabam atuando como um “mecanismo interno de redistribuição emergencial de renda”. No caso em questão, o que foi alvo de certa preocupação por parte do comando foi o fato de que, tradicionalmente, o movimento organiza este tipo de campanha e atende, via de regra, às auxiliares de serviço e demais funcionários de apoio. Segundo depoimento de uma professora envolvida no serviço de distribuição das cestas básicas, o fato novo nesta campanha foi relacionado à tipologia dos que recorrem a este auxílio:

Nunca se verificou, antes, tamanha procura da parte de professores propriamente ditos. As pessoas chegavam a se desentender na fila por causa das cestas.³²

Por outro lado, em 1993, percebemos que o outrora mais harmonioso e solidário relacionamento com as autoridades eclesiásticas locais já não tem sido tão cordial. Ao tomar conhecimento de que estaria programada, com objetivo de “esvaziar a pressão dos funcionários públicos”, uma sessão solene da Assembléia Legislativa para homenagear D. Serafim Fernandes, Bispo de Belo Horizonte, a reunião de 22 de março foi palco de uma série de manifestações que iam desde a ironia até o mais explícito mal-estar. Em 19 de abril, S. (base), discutindo a campanha de solidariedade, sugere contactar D. Luciano Mendes, mas o tom é de um certo ceticismo:

31 Em reunião do Comando de Greve, de 17 de maio de 1993, foi relatado que o sindicato teria distribuído mais de cem cestas básicas e concedido em torno de cem empréstimos para membros da categoria. Ver: Reunião do Comando dos Professores-Comando Geral de Greve/ Ficha de Acompanhamento – 17.05.93.

32 Depoimento em meados de maio de 1993, na sede do Sind-UTE, no dia seguinte à distribuição.

Quanto à campanha de solidariedade, temos que ir no D. Luciano e pedir que oriente as paróquias para arrecadar doações em dinheiro. Se ele não acatar, a gente queima ele também (grifo nosso).³³

No plano das estratégias, é importante destacar, a adoção deste tipo de apelo à solidariedade não se deu sem algum nível de conflitividade. Partindo, em geral, das lideranças da capital, críticas, às vezes veladas, outras não, questionam um certo viés assistencialista subjacente à algumas destas práticas. É o caso da fala de M.(comando):

Este comando tem que discutir uma proposta política para a questão do corté de pagamento. Não dá para ficar organizando coleta e pedágio para assistir o funcionário público. É preciso um posicionamento político (grifo nosso).³⁴

Na campanha de 1993 convivem, lado a lado, concepções diferenciadas acerca da idéia de solidariedade. Da mesma maneira que se verificam apelos como o enunciado anteriormente, temos outras evidências de um tipo de solidariedade mais externa e que se expressa num plano mais institucional. Isto pode ser evidenciado, a partir do exame dos boletins "Para Casa", destinados a dar cobertura da greve, em que verificamos a existência de uma coluna permanente intitulada "Apoio e Solidariedade". Ali, são elecandos, nos diversos momentos da greve, os diversos apoios e moções recebidos. Partem, em geral, de inúmeras instituições, pessoas e grupos diferenciados. Prefeituras do interior, vereadores, religiosos, câmaras municipais, entre outros, constam das relações. No entanto, embora neste caso haja grande diversificação, o peso das instituições sindicais e demais entidades de esquerda é, como seria de se supor, visivelmente superior.³⁵ Também com relação ao uso do imaginário religioso, percebe-se, aqui e ali, outras evidências de um certo mal-estar. Na fala de H.(comando), temos:

33 Ver: Reunião do Comando dos Professores-Comando Geral de Greve/Ficha de Acompanhamento -19.04.93.

34 Ver: Reunião do Comando dos Professores-Comando Geral de Greve/Ficha de Acompanhamento -19.04.93.

35 Ver: "Para Casa- Boletim Informativo do Sind-UTE". Ano I, n 9 e ano I, n 10; Sind-UTE – abril de 1993.

A proposta de vigília, com todos vestidos de branco enquanto a comissão negocia, deve ser intensificada. A proposta do culto ecumênico, que foi colocada na sexta, e vista com ironia por alguns membros do comando, não pode ser colocada como manifestação menor, “uma vez que não ³⁶ tinha outra coisa”. Temos que investir nisso, e sério. (grifo nosso).

É curioso notar também que na reunião do comando de 29 de março, que foi palco não só da discussão sobre a utilização de modernos recursos de “mass media”, como de uma arraigada polêmica acerca dos critérios de composição da comissão de negociação com vistas a uma maior legitimidade, ouviram-se novamente outros “ecos de um passado remoto”. A uma certa altura da reunião uma militante da base pede a palavra. Sua fala evoca os primórdios da história do movimento, ao que respeita a uma tomada do apelo da solidariedade cristã como fator de coesão e unidade. F. (base):

*O Seminário dos dias 25 e 26 (ela parece se referir a um seminário sobre gestão ocorrido semanas antes) e eu gostaria de deixar um pensamento: “Recebe a dor como oficina da criação”. Eu fiquei me perguntando (...). Eu senti muita dor quando, no seminário de 25 e 26, vi como somos fracos.*³⁷

No encerramento de sua fala, exorta os companheiros a se utilizarem de sua “fraqueza” para “criar” um movimento forte e, contrariando algumas expectativas, inclusive a nossa, é aplaudida pela maioria emocionada, dos presentes à reunião. E mais além, ainda se referindo ao seminário dos dias 25 e 26, faz alusões à “questão do tempo cronológico que precisa ser transformado em tempo consciente”: “os participantes devem deixar a vaidade de lado e falar só o necessário, o que for socialmente construtivo”. Em se tratando do contexto em questão, torna-se relativamente claro que, aproveitando para “capitalizar” em cima do “sucesso” da fala anterior, a militante procura preservar um espaço para intervenções e falas. O destinatário da fala parece

36 Ver: Reunião do Comando dos Professores-Comando Geral de Greve/Ficha de Acompanhamento – 29.03.93.

37 Ver: Reunião do Comando dos Professores- Comando Geral de Greve/Ficha de Acompanhamento – 29.03.93.

ser precisamente aquele tipo de liderança com grande domínio do jargão e dos artifícios da fala, tão comum em nosso meio sindical, e permanentemente inibidor das falas “ditas menos articuladas.³⁸

É interessante notar como naquele mesmo discurso articulam-se o recurso ao imaginário cristão e ao pragmatismo no uso da palavra como artifícios de convencimento e formulação de propostas. Ainda uma palavra acerca do perfil do tipo de militante citada anteriormente. Em depoimento prestado em 30.03.93, R. (diretoria da UTE) revela uma certa recorrência deste tipo de “apelo” emocional, porém com conteúdo militante. Coincidemente, o fato envolve a mesma pessoa:

Na greve de 1991, a F. me deu um monte de violetas, sempre acompanhadas de uma mensagem bonita. Imagine o tanto de violetas que eu ganhei. A greve de 1991 durou mais de 80 dias. Só no dia da invasão da Assembléia foram quatro.³⁹

Estes casos ilustram com alguma clareza o que se aplica aos movimentos de trabalhadores em geral; o que estamos fazendo é compreender o movimento em relação aos trabalhadores da educação especificamente: “A greve não é tão-somente um instrumento de luta dos trabalhadores no sentido restrito, é também momento de reafirmação de valores, de identidade, de elaboração simbólica e de troca de experiências do grupo. A greve é quase uma festa. O militante ateu e o religioso; o interior e a capital; o passado e o presente se encontram, intercambiam estratégias e valores”. Em alguns momentos, perspectivas diversas

38 No processo de condução da greve existem, em vários momentos, críticas à forma de organização e condução das assembléias que caminham também nesse sentido. Em 26 de abril, por exemplo, são relatados vários depoimentos oriundos das sub-regionalis em que se fazem questionamentos acerca da assembléia realizada na sexta-feira anterior. “Muito demorada”, “desorganizada”, “provocou esvaziamento da manifestação posterior”, “assembléia muito ruim”, “verdadeiro desrespeito” foram algumas das expressões usadas para qualificar a assembléia, quase sempre referidas à falta de objetividade. Este tipo de reação demonstra uma certa impaciência das “bases” para com fatos desta natureza. Ver: Reunião do Comando dos Professores – Comando Geral de Greve/ Ficha de Acompanhamento – 26/04/93.

39 R. Depoimento em 30 de março de 1993.

se tensionam, em outros, mais críticos, se apoiam mutuamente: “quatro violetas no dia da invasão”, entregues à então presidente da entidade, querem dizer mais ou menos: “eu também estou, à minha maneira, repleta de emoção e expectativa, construindo com você a unidade do movimento”.

No movimento dos trabalhadores em educação, esta dimensão simbólica de solidariedade não parece ter se perdido. É parte de sua história, mas também se atualiza no processo de institucionalização verificado ao longo dos anos 80. Se não se revela nos registros escritos da memória da instituição, ressurge cotidianamente, diuturnamente, na prática política do movimento. O “jogo” entre passado e presente revela-se como um dos componentes mais visíveis e instigantes da discussão. SADER (1988:60) nos dá a medida da centralidade da questão:

... todo discurso é obrigado a lançar mão de um sistema de referências compartilhado pelo que fala e seus ouvintes. Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses significados.

Foi nessa perspectiva que procuramos discutir os problemas da “identidade” e da “memória reconstruída” do movimento e o processo segundo o qual os agentes sociais em questão procuram reafirmar e/ou “atualizar” aspectos de sua “experiência de luta” forjados no contexto antes descrito. A remissão ao contexto original de surgimento da entidade, na ótica dos agentes, far-se-á no sentido de buscar um diálogo entre o passado e o presente a partir do qual a militância procura, a um só tempo, rever suas estratégias e revisitar sua identidade. Procuramos, portanto, discutir os problemas da “identidade” e da “memória sindical” em função das questões ligadas ao problema da memória num sentido mais amplo. A partir daí, procuramos explorar algumas das implicações deste cotejamento. Ao acompanhar, em perspectiva a um só tempo sincrônica e diacrônicamente, o processo de elaboração da memória, procuramos também estar atentos ao concomitante processo de transformações ligado ao

fenômeno da institucionalização da luta através da entidade – verificado ao longo do período estudado. Neste processo, “forçosamente, os grupos em disputa pelo controle da entidade ‘revisitam’ sua história no sentido de procurar ‘mapear’ suas alianças e focos de tensão, e no de se apropriar do ‘legado histórico’ do movimento”. Percebemos que a “reconstrução seletiva” da história do movimento é operada, sobretudo, para dar suporte a uma política sindical tida como mais combativa. No conjunto de evidências anteriormente descritas, percebe-se, portanto, que vários dos grupos que compõem o movimento dos professores, signatários das teses e correntes sindicais contemporâneas, dedicam especial atenção à questão da História, do movimento e da UTE, a partir do que mergulham numa grande “batalha simbólica” pela “paternidade do movimento. A intensa mobilização ocorrida em 79 e 80 é constantemente evocada pela memória do movimento, e parece se constituir numa “referência simbólica de luta” destinada mesmo a ser reelaborada”, sempre no sentido de dar substância, e uma identidade própria do movimento, às campanhas subseqüentes. A linha de reflexão adotada apontou para o fato de que, ao longo do processo de institucionalização, verificou-se, de fato, um aprimoramento do trabalho de organização que pareceu ter implicações sobre a base. É digno de nota o fato de que, ao longo do tempo, o que se ganha em termos de organização, parece paradoxalmente se constituir em perda relativa do ponto de vista da “burocratização”, não implicou, “até o momento”, em prejuízo da identidade do movimento, da imagem da entidade junto à categoria, bem como de sua memória.

Referências bibliográficas

- BRANT, Vinícius Caldeira. Sindicatos de Trabalhadores. In: BRANT, V. (Org.) São Paulo : *O Povo em Movimento*. Petrópolis: Vozes/CEBRAP, 1980, p. 29-57.
- FURTADO, João P. Movimentos Sociais e Crise das Ideologias no Brasil. LPH – *Revista de História*. Mariana, v. 2, n. 1, 1991, p. 68-73.
- FURTADO, João P. História e Antropologia: Intercomunicação Conceitual e Produção de Conhecimento. LPH – *Revista de História*. Mariana, v. 3, n. 1, 1992, p. 95-107.
- FURTADO, João P. Da União ao Sind-UTE: A Experiência dos Trabalhadores em Educação, do Estado de Minas Gerais (1979-1993). Belo Horizonte : Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. 1993, 226 p. (Dissertação de Mestrado).
- HAUPT, Georges. Por que a História do Movimento Operário? *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 5, n. 10, 1985, p. 208-231.
- OFFE, Claus. *Problemas estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984.
- OFFE, Claus. Trabalho: a Categoria-chave da Sociologia? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 4, n. 10, 1989, p.5-20.
- RODRIGUES, Leônicio Martins. CUT – Os Militantes e a Ideologia. São Paulo : Paz e Terra, 1990.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro : Zahar Editores, 1981.
- TOURAINE, Alain. *Production de la Société*. 1. ed., 1973. Paris : Éditions du Seuil, 1993.